

LENTE FEMINISTAS PARA OBSERVAR O “JORNALISMO EM CRISE”



ANDRESSA KIKUTI

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis –
Santa Catarina – Brasil

ORCID: 0000-0001-9486-8465

DOI: 10.25200/BJR.v21n3.2025.1785

Recebido em: 13/12/2024

Desk Reviewed em: 27/04/2025

Editor de Desk Review: Marcos Paulo da Silva

Revisado em: 22/10/2025

Revisado em: 09/12/2025

Aprovado em: 23/11/2025

How to cite this article: Kikuti, A. (2025). OBSERVING “JOURNALISM IN CRISIS” THROUGH A FEMINIST LENS. *Brazilian Journalism Research*, 21(3), e1785. DOI: 10.25200/BJR.v21n3.2025.1785

RESUMO – Há uma questão que é pouco observada nos estudos sobre a “crise contemporânea do jornalismo” e, no entanto, parece fundamental para entender o problema: o papel estruturante das desigualdades de gênero. Neste artigo, proponho uma reflexão sobre a crise a partir das lentes de epistemologias feministas. Essencialmente anticapitalistas e defensoras de saberes situados, essas epistemologias podem ser potentes para interpretar determinadas transformações enfrentadas pelo jornalismo atual, sobretudo no mundo do trabalho de jornalistas. Na primeira parte do artigo, procuro situar algumas autoras feministas nas críticas ao paradigma hegemônico de construção de conhecimento e à ideologia neoliberal, principal responsável pelas recentes reestruturações produtivas observadas no mundo do trabalho em geral, e no dos jornalistas em particular. Na sequência, utilizo tais críticas para subsidiar uma interpretação feminista acerca da crise do jornalismo, mobilizando resultados de duas pesquisas recentes sobre a profissão no Brasil.

Palavras-chave: Transformações estruturais do jornalismo. Estudos feministas. Crise de governança do jornalismo. Jornalismo e gênero.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil. E-mail: andressakikuti@gmail.com

OBSERVING “JOURNALISM IN CRISIS” THROUGH A FEMINIST LENS

ABSTRACT – There is an issue that is rarely addressed in studies on the “contemporary crisis of journalism”, yet it seems fundamental to understanding the problem: the structural role of gender inequalities. In this article, I propose a reflection on the crisis through the lens of feminist epistemologies. Essentially anti-capitalist and advocates of situated knowledge, these epistemologies can be powerful tools for interpreting certain transformations faced by contemporary journalism, particularly in the realm of labor of journalists. In the first part of the article, I aim to position some feminist authors within the critiques of the hegemonic paradigm of knowledge production and the neoliberal ideology, which is primarily responsible for recent productive restructurings observed in the labor world in general, and among journalists in particular. Subsequently, I use these critiques to support a feminist interpretation of the journalism crisis, drawing on findings from two recent researches on the profession in Brazil.

Keywords: Structural transformations in journalism. Feminist studies. Journalism governance crisis. Journalism and gender.

LENTE FEMINISTAS PARA OBSERVAR EL “PERIODISMO EN CRISIS”

RESUMEN – Hay una cuestión que se observa poco en los estudios sobre la “crisis contemporánea del periodismo” y que, sin embargo, parece fundamental para entender el problema: el papel estructurador de las desigualdades de género. En este artículo, propongo una reflexión sobre la crisis a través de la lente de las epistemologías feministas. Esencialmente anticapitalistas y defensoras del conocimiento situado, estas epistemologías pueden ser poderosas para interpretar ciertas transformaciones a las que se enfrenta el periodismo actual, especialmente en el mundo del trabajo. En la primera parte del artículo, intento situar a algunas autoras feministas en sus críticas al paradigma hegemónico de construcción del conocimiento y a la ideología neoliberal, principal responsable de la reciente reestructuración productiva observada en el mundo del trabajo en general, y en el de los periodistas en particular. A continuación, utilizo estas críticas para apoyar una interpretación feminista de la crisis del periodismo, movilizando los resultados de dos investigaciones recientes sobre la profesión en Brasil.

Palabras clave: Transformaciones estructurales del periodismo. Estudios feministas. Crisis de gobernanza del periodismo. Periodismo y género.

1 Introdução

O jornalismo ocidental tem testemunhado, ao longo das duas últimas décadas, transformações políticas, econômicas e tecnológicas profundas, que impactam não somente nas sociedades as quais noticiam, mas também em seus próprios modos de fazer. A crise econômica mundial, desenrolada a partir de 2008¹¹, provocou reestruturações em diversos mercados de trabalho, inclusive nas redações — muitos jornais fecharam as portas, outros enfrentaram re-

duções nos postos, com sobrecarga aos profissionais que restaram. Em muitos países, a crise de confiança nas instituições²² aumentou a incidência de violências contra jornalistas, e ainda diminuiu os índices de leitura de notícias, produzindo um efeito inverso: o distanciamento voluntário do público do noticiário — um dos maiores desafios a serem enfrentados por publishers ao redor do mundo (Newman, 2024).

As rápidas mudanças tecnológicas, cujo impacto é transversal aos demais processos (e até mesmo decisiva, no caso dos algoritmos que alimentam a polarização política (Cesarino, 2022), transformou os modos de produção, circulação e consumo do jornalismo: computadores e smartphones foram popularizados, melhorou a capacidade e velocidade de transmissão de dados via internet, surgiram novos formatos multimídia, processos de produção foram automatizados e novos hábitos se criaram a partir de algoritmos, já que hoje o consumo de notícias é majoritariamente feito via plataformas (Newman, 2024) que decidem como, quando e para quem os conteúdos aparecem. Tudo isso acentua a chamada “crise de governança do jornalismo” (Mick & Tavares, 2017) e cria um cenário desafiador para a categoria profissional, que atualmente é formada principalmente por mulheres jovens (Lima et al., 2022).

As mudanças mencionadas acima não estão isoladas umas das outras. Ao contrário, são aspectos constituintes e típicos do sistema capitalista em sua fase atual. O jornalismo ocidental é produto desse sistema-mundo: nasceu, no século XIX, em berço capitalista, patriarcal, masculinista, heterossexista, racista e ocidentalista, e a partir de um paradigma moderno, colonial e positivista de construção do conhecimento (Moraes & Veiga da Silva, 2019). Como tal, tende a seguir as mesmas lógicas, sofrendo assim as consequências de suas crises, como fica visível nas quedas de receita das organizações jornalísticas, na desconfiança dos públicos sobre os conteúdos, e nas variadas desigualdades perpetuadas na profissão.

No entanto, há uma ambivalência: se por um lado o jornalismo é produto desse sistema-mundo-capitalista-patriarcal, criado com o intuito de atender aos interesses das classes dominantes e reproduzir sua hegemonia, por outro lado é um fenômeno cuja essência pode ultrapassar os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, sendo uma forma social de conhecimento que, tal como a ciência e as artes, é vital para o reconhecimento e a transformação da realidade

em que vivemos (Genro Filho, 2012). Se o valor de uso do jornalismo está na capacidade de desestabilizar os consensos e desmistificar a realidade reificada no sentido de superá-la, ele atinge sua máxima potência somente quando, de fato, questiona os pressupostos do sistema-mundo que o originou (Souza, 2018). Isso envolve, entre outras coisas, o reconhecimento e a decisão sobre quais corpos produzem esse jornalismo, e sob quais condições.

Neste artigo, uso lentes feministas para olhar algumas transformações recentes ocorridas no jornalismo, em especial na profissão de jornalista³³. A intenção é endossar uma provocação epistemológica: as desigualdades de gênero não são apenas mais um obstáculo a ser superado no caldo da crise, mas sim algo estruturante, que se fixa na raiz dos demais problemas a serem enfrentados pelo jornalismo. As lentes feministas consistem em uma escolha teórica e política que compreende o capitalismo (em qualquer fase) também como sistema de gênero, no qual a apropriação dos corpos femininos (ou feminizados), a exploração do trabalho reprodutivo e a hierarquia sexual e racial são pilares que sustentam o sistema.

Para isso, na primeira parte do texto, procuro trazer algumas das críticas feministas à ideologia neoliberal, que é a principal responsável pelas recentes reestruturações produtivas observadas no mundo do trabalho em geral, e no dos jornalistas em particular. Na sequência, caracterizo brevemente o cenário atual das transformações do jornalismo.

Por fim, reúno resultados parciais de duas pesquisas recentes sobre as mudanças desse mundo do trabalho – o Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima et al., 2022), e a pesquisa de Trajetórias Profissionais de Jornalistas (2012-2017). Trata-se de estudos quantitativos dos quais integrei as equipes de pesquisa, e cujos dados coletados via survey com jornalistas ajudam a compreender o cenário atual de precarização e desigualdade na carreira. Seus resultados apoiam a ideia de que pensar soluções para a crise do jornalismo perpassa, necessariamente, pelo desafio de abolir as desigualdades de gênero (e também de raça, classe) enraizadas na profissão.

2 As mulheres são as maiores vítimas da desigualdade no trabalho no contexto neoliberal

O paradigma moderno, que orienta a ciência e também o jornalismo, tem como característica a definição do conceito de universalidade e de seu sujeito, o “sujeito universal”. Isso define o centro a partir de onde se organiza o conhecimento tido como verdadeiro, credível, e delineia as condições de saber e relações de poder na sociedade. Uma vez que esse sujeito obedece a uma ordem colonialista e masculinista de pensamento, ele é visto como masculino, branco, ocidental, heterossexual, burguês (Moraes & Maia, 2021, p. 279). Como ver é sempre condicionado a uma possibilidade de ver, essa perspectiva dominante é limitada, pois, de seu lugar de privilégio, o “sujeito universal” acaba ignorando outros pontos de vista existentes: o de mulheres, de pessoas negras e indígenas, das pessoas LGBTQIA+, do sul global e das periferias.

Nesse sentido, as epistemologias feministas trazem uma grande contribuição ao reconhecer que os saberes são situados, “corporificados” (Haraway, 1995), ou seja, afetados pelos corpos que os produzem. Estes corpos são atravessados por gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe, idade, localização geográfica, e todas essas camadas influenciam na experiência social, nos interesses, afetos e formas de ver o mundo dos sujeitos.

Isso traz outra dimensão da estratificação e da hierarquia social, pondo em xeque a universalidade, e trazendo à tona a complexidade em torno dos sujeitos envolvidos na produção de conhecimento, incluindo o conhecimento produzido pelo jornalismo. Plurais em suas vertentes propositivas e alternativas metodológicas, as teorias feministas dedicam-se sobretudo a focar no gênero como categoria relacional de poder. Não se trata de oferecer uma interpretação concorrente com outras tantas sobre as questões típicas do campo da epistemologia, mas sim de questionar os próprios modos de conhecer. Ou seja: há nelas um caráter “meta-filosófico” (Sattler, no prelo).

Dentro do conjunto das epistemologias que investigam as hierarquias e interesses de gênero na produção do conhecimento está a teoria feminista da perspectiva (*feminist standpoint theory*), que defende que as maneiras pelas quais corpos e conhecimentos são situados tanto limitam quanto possibilitam o que se pode conhecer (Garcez & Silveirinha, 2020). Por isso, argumenta que as mu-

Iheres possuem capacidade privilegiada para desmascarar teorias e conjecturas sexistas e também classistas e capitalistas (Hartsock, 1987; Harding, 1993; Sattler, no prelo). Não se trata da busca pela conformação de um ponto de vista único entre as mulheres – aliás, Harding (1993) critica quaisquer celebrações acríticas de formas de conhecimento supostamente femininas –, mas sim da percepção de que pensar a produção de conhecimento a partir da ótica de grupos marginalizados resulta em questionamentos críticos sobre a realidade, produzindo conhecimento mais útil em geral (Garcez & Silveirinha, 2020), o que é potente para refletir sobre as reestruturações produtivas do jornalismo.

A vertente do *feminist standpoint theory* se mostra pertinente para repensar, entre outras questões, as noções clássicas de trabalho e emprego, que se referiam exclusivamente à produção assalariada, pois eram construídas a partir de análises androcêntricas, ou seja, do trabalho e do emprego masculinos. “Este androcentrismo explica porque as mulheres e outros grupos de trabalhadores com características sociais que não correspondem à masculinidade hegemônica – jovens, negros, minorias étnicas, homossexuais – são vistos como marginais ou como versões deficientes do modelo” (Sosa, 2019, p. 343, tradução livre⁴⁴).

Quando se pensa o trabalho do ponto de vista da economia feminista, leva-se em conta a experiência integral do trabalho no cotidiano, incluindo funções domésticas e de cuidado com filhos e pessoas mais velhas, e não somente a observância do que ocorre durante o horário de expediente. O ocultamento da reprodução como chave para os processos de valorização no capitalismo é central para compreender o funcionamento das hierarquias no interior do trabalho:

Se Marx tivesse reconhecido que o capitalismo depende tanto de uma imensa quantidade de trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho quanto da desvalorização dessas atividades reprodutivas para diminuir os custos com a força de trabalho, ele poderia ter sido menos inclinado a considerar o desenvolvimento capitalista como inevitável e progressivo. (Federici, 2019, p. 195).

Mulheres têm quase o dobro da carga de atividades domésticas e de cuidado não remunerado em relação aos homens no Brasil. Em 2022, elas despendem semanalmente 21h36min nessas atividades, e eles, 11h48min (IPEA, 2024). Isso tensiona noções sobre aquilo que se considera “tempo livre”, “tempo de descanso” etc.

A divisão sexual do trabalho, ou seja, essa segregação e va-

loração de atividades por papéis sociais de gênero, opera também fora de casa, em diversas profissões e ocupações. No jornalismo, por exemplo, em geral são designadas para as mulheres as pautas consideradas mais “leves” (*soft news*), tradicionalmente ligadas a assuntos culturais e aos aspectos do estereótipo de “feminilidade” (entretenimento, moda, beleza, comportamento), enquanto as matérias de maior fôlego e impacto na opinião pública (*hard news*) ficam a cargo de seus colegas masculinos (Veiga da Silva, 2014). Tal segregação impacta evidentemente na manutenção de estruturas de poder, nos salários e nas possibilidades de ascensão na carreira.

As categorias de divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo (remunerado e não remunerado), trabalho doméstico, violência de gênero e uso do tempo como fator de desigualdade (Sosa, 2019) são fruto das epistemologias feministas, e atuam como chaves políticas para desvendar e transformar situações de dominação e alienação observadas no trabalho de jornalistas no contexto da hegemonia neoliberal.

O neoliberalismo foi instalado na América Latina durante as ditaduras militares, e foi consolidado nas décadas seguintes a partir de grandes reformas estruturais, conforme a lógica de ajuste das políticas globais (Gago, 2018, p. 15). No Brasil, a consolidação dos veículos de comunicação como empresas e a profissionalização das redações ocorreu justamente no mesmo período da redemocratização e da ascensão do neoliberalismo como ideologia hegemônica (Nunes, 2020). A profissionalização do jornalismo foi também sinônimo de sua feminilização (aumento quantitativo de mulheres), pois ela coincidiu com o aumento da escolaridade das mulheres no Brasil, permitindo a entrada delas em carreiras que exigiam qualificação e eram até então dominadas por homens. Entender as dinâmicas dessa nova razão de mundo (Dardot & Laval, 2016) é um passo importante para explicar a crise do jornalismo, e para contextualizar as críticas feministas a esse sistema.

São quatro os traços que caracterizam a razão neoliberal, segundo Dardot e Laval (2016, p. 377): a) a necessidade de intervenção ativa do Estado no mercado (que se apresenta não como dado natural, mas como realidade construída), assim como a instauração de um sistema de direito específico; b) a concorrência se institui como norma geral das práticas econômicas; c) o Estado não tem apenas o papel de “guardião vigilante” desse quadro, mas também se submete à norma da concorrência, e é obrigado a ver a si mesmo

como uma empresa (constrói o mercado, ao mesmo tempo em que constrói a si mesmo de acordo com as normas do mercado); e, por fim, d) a dinâmica concorrencial atinge também indivíduos em sua relação consigo mesmos: “cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (Dardot & Laval, 2016, p. 378).

Para Gago (2018), a grande inovação do neoliberalismo é ser uma forma de governar por meio do impulso às liberdades. Se, à primeira vista, isso parece uma contradição, um olhar mais atento desvenda “uma forma sofisticada, inovadora, complexa de articular, íntima e institucionalmente, uma série de procedimentos e afetos que incentivam a livre-iniciativa, a autoempresarialidade e a autogestão, assim como a responsabilidade sobre si” (Gago, 2018, p. 16). A razão neoliberal se constitui, dessa forma, por variados modos de fazer, sentir e pensar que organizam o trabalho, os afetos e demais aspectos da vida social.

Entre as últimas décadas do século XX e início do XXI, a sociedade salarial, caracterizada pela busca de melhorias progressivas de proteção e qualidade de vida dos e das trabalhadoras (Castel, 1998), foi substituída pela razão neoliberal. Essa dinâmica se acentuou a partir de 2008, com a mais recente crise do capitalismo, acelerando privatizações, redução de proteções sociais e flexibilização do trabalho, sobretudo em economias emergentes como do Brasil, que respaldou politicamente tais mudanças através da reforma trabalhista, aprovada em 2017. Em meio à erosão de seus direitos, os e as trabalhadoras foram levadas a ponderar cada vez mais entre a busca por emprego com carteira assinada ou abrir seu próprio negócio, no qual seria possível instituir por si os rumos, estratégias e metas do trabalho – a tal sensação de liberdade.

O capitalismo se apropria dessa impressão de autonomia gerada pela empresa ou pelo trabalho por conta própria (Mick & Nogueira, 2023) para instituir a “solução empreendedora”, que é, inclusive, legitimada pelo discurso midiático hegemônico, alimentando seu apreço por contar histórias de “vencedores”. Para Casaqui (2018), o empreendedorismo se reveste de uma interface narrativa palatável, na qual a inspiração tem papel chave, esvaziando o caráter político desse projeto de sociedade em favor da manutenção de lógicas meritocráticas e flexibilizadoras do trabalho, típicas do neoliberalismo.

Afastando-se da ambição explícita do capitalista “selvagem”, o empreendedor com propósito, fundado em suas crenças, renova a retórica do capitalismo e oferece uma aura de autenticidade ao sistema, tornando-o capaz de engajar novos quadros (...). Um mundo baseado no *networking*, na produtividade das relações, na profusão do pensamento único – a monocultura empreendedora, que ambiciona se universalizar, tal qual se universalizou o *ethos* burguês. (Casaqui, 2018, p. 64).

O capitalismo cria crises para se beneficiar delas. E essa artimanha, além de política, é também um modo de subjetivação da ordem patriarcal (Gago, 2020), porque desconsidera os marcadores de gênero, raça e classe na narrativa sobre o “sucesso” ou o “fracasso”, ignorando o papel das mulheres, sobretudo das mulheres negras e pobres, na reprodução da força de trabalho. Ou seja, mesmo em um cenário de exploração geral dos trabalhadores, como o que vivenciamos atualmente, há distinção entre homens e mulheres, e o início desse diferencial é o trabalho reprodutivo – “invisibilizado e, ao mesmo tempo, constitutivo da produção social contemporânea” (Gago, 2020, p. 145). Mulheres são colocadas em óbvia desvantagem na dinâmica competitiva e individualizante da sociedade neoliberal, e o esvaziamento do caráter político dessa exclusão pela narrativa empreendedora dificulta enxergar o problema como uma questão coletiva e estrutural.

Para Fraser (2009), o neoliberalismo e o “novo espírito” do capitalismo pós-fordista tiveram ainda a astúcia de cooptar algumas das políticas de gênero surgidas durante a segunda onda do feminismo (a partir dos anos 1960 nos EUA e depois mundo afora) e subvertê-las a seu favor, o que complexifica ainda mais essa questão. Várias críticas feministas da época ao capitalismo organizado pelo Estado (economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo), no neoliberalismo acabaram sendo instrumentalizadas e serviram “para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa” (Fraser, 2009, p. 14). A oposição ao salário familiar, por exemplo (que via o homem como “chefe de família” e provedor principal), e a reivindicação pelo aumento das mulheres no mercado de trabalho (remunerado), tiveram uma continuação perversa: intensificaram a valorização do trabalho assalariado. O sonho de emancipação das mulheres ficou subordinado à acumulação capitalista:

Não importa que a realidade que subjaz o novo ideal sejam os níveis salariais decrescidos, diminuição da segurança no emprego, padrões de vida em declínio, um aumento abrupto no

número de horas trabalhadas em troca de salários por família, exacerbação do turno dobrado – agora frequentemente um turno triplo ou quádruplo – e um aumento de lares chefiados por mulheres. O capitalismo desorganizado vende gato por lebre ao elaborar uma nova narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero. (Fraser, 2009, p. 25).

As jornalistas, como veremos, são uma categoria profissional diretamente impactada pela divisão sexual do trabalho, pelo ocultamento da reprodução e pela dinâmica empreendedora neoliberal que está no cerne das transformações estruturais do jornalismo e da profissão. A seguir, discorro brevemente sobre esse cenário de mudanças, para em seguida mergulhar na precarização das condições de trabalho decorrentes dessa crise, especialmente para as jornalistas mulheres.

3 Metamorfose e crises: o que o jornalismo está se tornando?

As mudanças ocorridas no jornalismo ao longo do século XXI foram descritas por diversos autores, sob diferentes alcunhas: jornalismo pós-industrial (Anderson et al., 2013), mudanças estruturais (Pereira & Adghirni, 2011), jornalismo em “fase beta” (Deuze & Witschge, 2016), metamorfose/mudanças de paradigma (Charron & De Bonville, 2016), crise de governança (Mick & Tavares, 2017; Christofolletti, 2019).

Defendo neste texto que a crise contemporânea do jornalismo vai além dela própria, sendo consequência da crise estrutural do capital, que desestrutura com ela as instituições presentes no sistema. “O jornalismo em crise não pode ser pensado fora dessa sistemática, sob pena de permanecerem incompreendidas tanto suas limitações quanto suas potencialidades no sentido da plena realização da sociabilidade humana” (Souza, 2018, p. 57). É característico da crise do capitalismo intensificar a subsunção do trabalho vivo ao sistema do metabolismo social vigente a partir de articulações entre inovações tecnológicas e gerenciais, assim como ocorre no jornalismo, conforme a hipótese da hiperconcorrência (Charron & De Bonville, 2016) procura demonstrar.

A “hiperconcorrência” é um termo emprestado da “nova economia”, e designa o jogo concorrencial baseado em estratégias de crescimento e inovação, típico de setores industriais apoiados nas

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Aplicada ao jornalismo, denota que as empresas jornalísticas e os próprios jornalistas, para se adaptarem às condições instáveis do ambiente, acabam deixando de lado a busca de estabilidade e planejamentos de longo prazo para aceitarem viver na incerteza da inovação permanente, já que concorrem simultaneamente em diversos mercados interdependentes: o dos anunciantes, das fontes, o financeiro, e o profissional (ligado à busca por reconhecimento dos pares, prestígio e renome) (Charron & De Bonville, 2016). Embora seja um tipo ideal, e não o retrato de uma realidade observada, a hiperconcorrência parece ter boa capacidade de caracterizar o cenário atual, e demonstra como os profissionais adaptam-se à lógica neoliberal com o intuito de sobreviver na profissão.

Deuze e Witschge (2016) descrevem tendências para o período recente do jornalismo que sinalizam mudanças em sua concepção como um campo estável e consensual, e que apontam para uma ideia de jornalista mais individual do que institucional, ou seja, sua reputação e experiência profissional estão menos dependentes ou atreladas a uma redação do que outrora. As tendências são as seguintes:

1. A reorganização dos ambientes de trabalho, na qual jornalistas são cada vez mais chamados a “abraçar a mentalidade empreendedora”, transformando-os eles próprios em “empresas” (PJs), o que pode destituí-los de uma identidade profissional construída na coletividade e no pertencimento a uma organização jornalística;

2. Fragmentação das redações, facilitada por práticas de terceirização, subcontratação e realocação de pessoas entre setores com o intuito de reduzir despesas, o que gera flexibilidade funcional, dividindo a força de trabalho entre um núcleo de elite, multqualificado, e um “grande perímetro” de subcontratados (trabalhadores temporários, freelancers), também qualificados mas não necessariamente reconhecidos;

3. Emergência de uma “sociedade redacional”, na qual práticas editoriais são requeridas a qualquer pessoa, não podendo ser consideradas algo exclusivo de uma classe profissional;

4. O papel ubíquo das tecnologias midiáticas, que incentiva a busca de profissionais multitarefas – e isso

inclui aquelas tradicionalmente realizadas por outras profissões, como designers, gerentes de mídias sociais, marketeiros, publicitários, etc., criando certa desespecialização do trabalho de jornalistas.

Cada um desses níveis de mudança intensifica processos de demissão e precarização, além de, em alguns casos, incentivar o abandono da profissão. E, especialmente, essas tendências chamam a atenção para a importância de se compreender, mais do que nunca, quem está trabalhando no jornalismo e sob quais circunstâncias o trabalho é feito. Segundo Deuze e Witschge (2016, p. 17), esse processo é um espelho do efeito “porta giratória”, que afeta principalmente mulheres e minorias étnicas em profissões dominadas por homens brancos, e levanta a questão sobre quais tipos de pessoas podem prosperar para além dessa porta, em termos demográficos, de nível socioeconômico, tipo de personalidade, privilégios sociais.

No Brasil, além dessas tendências, a diminuta sindicalização dos e das profissionais é outro fator que espelha diretamente essa transformação neoliberal: em 2021, apenas 31,4% dos jornalistas brasileiros eram sindicalizados (Lima et al., 2022), evidenciando uma classe que tem dificuldade em se enxergar como categoria de trabalhadores(as). Essa forma de pensar individualizada pode ser consequência da concorrência entre colegas na disputa por cargos de trabalho e o discurso “empreendedor” disseminado em cursos e palestras de empresas de mídia frente à crise (Lelo, 2019). Outra explicação é que jornalistas não se sintam representados(as) pelas organizações sindicais que deveriam defendê-los(as): grande parte das profissionais é mulher e jovem, enquanto dirigentes sindicais são, em sua maioria, homens de meia idade, ou que os sindicatos não respondam a demandas específicas de suas áreas de atuação (Lima et al., 2022).

Por fim, as políticas de desidratação dos sindicatos de trabalhadores(as) e de fortalecimento das empresas deixaram os(as) profissionais mais vulneráveis e desassistidos, a exemplo da aprovação da Lei n. 13.467, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 2017). As medidas dessa lei, também conhecida como “Reforma Trabalhista”, possibilitaram mais flexibilização nos contratos de trabalho, uso do banco de horas, negociações que não atendem à legislação trabalhista e o distanciamento

do sindicato nas homologações das rescisões de contrato (Mick & Kikuti, 2020).

Essas tendências de cunho neoliberal também reforçam o caráter multidimensional, ou sistêmico, da atual crise do jornalismo. Como sintetiza Christofeletti (2019, p. 18),

a crise é financeira, mas também é política e existencial, de ética e credibilidade, de governança e gestão. A deterioração das métricas contábeis preocupa, mas há outros motivos para perder o sono: a redução do interesse no noticiário, a migração das audiências, o aumento da desconfiança na mídia, o crescente distanciamento do público e a busca por alternativas no consumo de informação e entretenimento, entre outros.

Para Mick e Tavares (2017), a crise é derivada do esgarçamento das relações sociais entre as empresas jornalísticas e seus múltiplos públicos. Os autores propõem a utilização do conceito de governança (entendida como o conjunto de arranjos legais, institucionais e culturais que estabelecem o que as organizações podem fazer, quem as controla, como esse controle é exercido e como são distribuídos os riscos e retornos das atividades envolvidas) para compreender melhor suas dimensões, e vislumbrar possibilidades de saída. São elas: sustentabilidade e financiamento, editorial, circulação e engajamento, e gestão.

A dimensão de sustentabilidade tem a ver com os processos que envolvem a captação de recursos financeiros que permitam que a organização jornalística continue funcionando. É um dos maiores desafios a serem enfrentados nas organizações jornalísticas contemporâneas, especialmente aquelas de âmbito local, pois essas, além de terem público e alcance reduzidos, foram severamente afetadas pelas mudanças dos modelos de negócio.

A dimensão editorial diz respeito aos saberes profissionais dos jornalistas, em todos os seus aspectos –reconhecimento, procedimento e narração (Traquina, 2005). Decisões editoriais constroem relações de confiança com os públicos, que têm suas próprias reivindicações quanto à pauta, diversidade de apuração, estilo e natureza dos relatos (Mick & Tavares, 2017). Quando há disparidade entre as expectativas dos públicos e a qualidade/variedade do que é produzido pelo jornalismo, ocorre a erosão da credibilidade, que ao longo do tempo constrói uma crise moral (afinal, por que as pessoas confiam em fontes e notícias onde não se vêem, e cujas reportagens não refletem a realidade que elas vivem?).

A dimensão de circulação e engajamento versa sobre a distribuição dos conteúdos e o envolvimento dos públicos com o jornalismo. Pessoas tendem a interagir mais com as notícias na medida em que elas aumentam o senso de pertencimento a determinado local ou comunidade (Wenzel & Crittenden, 2021).

A dimensão de gestão diz respeito às institucionalidades que as organizações jornalísticas podem assumir. A maior parte do jornalismo que conhecemos hoje é gerido pela forma-empresa (seguindo o rastro do século XX, mas hoje com características como a proliferação de profissionais PJ e a incorporação, por alguns deles, do discurso de “empreendedor de si”), que subordina o jornalismo à lógica da mercadoria. Isso explica grande parte da crise, pois é paradoxal que uma instituição central das democracias seja amplamente financiada pelo interesse privado (Waisbord, 2017).

A deficiência da regulamentação e controle das instituições de mídia por parte dos governos favorece ainda a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos, como ocorre no Brasil. Aqui, há uma relação umbilical entre mídia e poder: segundo o levantamento *Media Ownership Monitor* (Intervozes, 2017), cinco famílias controlam metade dos 50 veículos com maior audiência no país: Globo (família Marinho), Bandeirantes (família Saad), Record (família Macedo), RBS (família Sirotsky) e Folha (família Frias). Elas têm ligações com setores como agronegócio, indústria farmacêutica, igrejas, entre outros.

A estrutura dos meios, além de familiar e financeirizada, é profundamente patriarcal, o que favorece a manutenção do poder nas mãos de herdeiros homens (Nunes, 2020). E se quem está tomando as decisões dentro das organizações jornalísticas são homens brancos ligados ao capital, fica fácil entender porquê os valores do jornalismo produzido por essas empresas seguem sendo capitalistas e masculinizados. A feminização (transformação qualitativa) produzida pela inserção de mais mulheres na profissão não foi, ainda, suficiente para desencadear mudanças estruturais. Conforme explica Veiga da Silva em entrevista para Moraes e Maia (2021, pp. 275-276):

Na lógica masculinista do jornalismo, as práticas são guiadas por valores como “arrancar” informações, “furar” o colega, correr riscos, ter coragem, ser herói, isento, verdadeiro, objetivo, sucinto (...). A ideia de credibilidade está relacionada ao sujeito universal (homem, branco, hetero, burguês), às instâncias consideradas de maior poder e a determinados tipos de saber.

No momento atual da crise do capitalismo, a discussão sobre a governança do jornalismo se complexifica ainda mais pela enorme expansão das chamadas big techs e suas plataformas de conteúdo, como Facebook, Instagram, WhatsApp (Meta), YouTube (Alphabet) e X/Twitter (X Corp.), especialmente após 2020⁵⁵. Essas empresas, cujos donos também são homens brancos, bilionários e alguns conhecidamente masculinistas, como Mark Zuckerberg e Elon Musk⁶⁶, controlam o fluxo de informações em suas plataformas por meio de algoritmos nada transparentes, decidindo que tipo de conteúdo vai aparecer para quem, e com qual frequência, em seus feeds e mecanismos de busca. Os processos de circulação e consumo da informação se plataformizaram⁷⁷ (Bell et al., 2017), e também o engajamento e as sociabilidades em torno desses conteúdos. Assim, a seleção e disseminação do que é notícia, antes privilégio dos meios de comunicação, passou a ser uma função compartilhada com uma nova geração de gatekeepers exteriores à redação (Ferreira, 2018), incluindo tais empresas de tecnologia e seus públicos (Shoemaker & Vos, 2009).

Os efeitos dessa desintermediação e concomitante reintermediação das práticas sociais propiciadas por esses novos mediadores de base algorítmica abrem espaço para movimentos anti-sistêmicos produzidos por públicos polarizados, que confiam mais na experiência imediata, na certeza dos sentidos e nas opiniões individuais como modos de acesso ao real (“eu-pistemologia”) do que nos tradicionais mediadores do sistema de peritos (entre eles a ciência e o jornalismo) (Cesarino, 2022). No funcionamento da infraestrutura das redes, os públicos também ficam sujeitos a uma lógica de segmentação algorítmica, que agrupa perfis com comportamentos “similares” (as chamadas câmaras de eco), formando novas subjetividades individuais e coletivas e limitando o diálogo entre pensamentos dissonantes, podendo privilegiar comportamentos extremos (haja vista o crescimento da violência contra jornalistas, especialmente mulheres [Fenaj, 2024], e da comunidade misógina dos chamados “red pills”⁸⁸).

Embora facilite processos comunicacionais e a formação de comunidades online que são úteis também para organizações sociais democráticas, o funcionamento da infraestrutura das plataformas e seus modos de gestão privilegiam os públicos anti-sistêmicos da extrema direita (Cesarino, 2022), e são capazes de adicionar uma camada extra à violência de gênero já perpetrada pela

mídia do sistema patriarcal. Neste ponto, retomo Federici (2017, p. 17), que diz: “cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva e mostra que a degradação das mulheres, entre outros aspectos, é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época”. Não é possível saber ainda se os oligopólios das organizações midiáticas continuarão a se sustentar ou se haverá a substituição destas por oligopólios das big techs. Mas o que parece evidente é que, em qualquer das hipóteses, se continuar seguindo a dinâmica do sistema-mundo-capitalista-patriarcal, o ecossistema jornalístico prosseguirá sendo alicerçado pela violência de gênero.

A partir desse breve desenho das mutações contemporâneas do jornalismo, bastante permeadas pelas fases e crises do capitalismo, vale a pena retomar a provocação de Deuze e Witschge (2016) sobre deixar de lado noções muito sólidas e estáveis sobre o que o jornalismo “é” para compreendê-lo a partir de seu permanente estado de fluxo, incentivando perspectivas menos normativas, mais historicizadas. Quando retomamos a pergunta “o que o jornalismo está se tornando?”, uma resposta pertinente baseada nas discussões apresentadas é que ele está se tornando uma profissão cada vez mais desafiadora para seus trabalhadores, especialmente para as mulheres jornalistas.

As jornalistas sofrem mais com as consequências das crises por conta da sobrecarga feminina inerente à divisão sexual do trabalho nas atividades domésticas e de cuidado, que reverberam diretamente na vida profissional. Em geral elas são mais suscetíveis à hiperconcorrência, à instabilidade dos contratos flexíveis, à sobrecarga causada pela multifuncionalidade, têm mais dificuldades de alcançar cargos de prestígio e também são mais demitidas em momentos de crise (Kikuti et al., 2022), especialmente em meios de estrutura patriarcal.

Apesar dos avanços na busca por equidade de gênero por parte de coletivos de jornalistas, organizações e entidades representativas, tais movimentos ainda são insuficientes para possibilitar uma necessária transformação estrutural nessa direção. Na próxima seção, procurarei demonstrar com estudos empíricos recentes da área do jornalismo no Brasil como o problema aqui exposto se verifica na prática profissional, endossando a necessidade de considerar essas desigualdades de gênero na revisão e/ou concepção de novas teorias que versem sobre a profissão.

4 As condições de trabalho de mulheres jornalistas no Brasil

Trago a seguir resultados parciais de duas pesquisas empíricas recentes sobre a profissão de jornalista no Brasil, que ajudam a endossar a constatação de que as desigualdades de gênero são estruturantes da crise: *Perfil do Jornalista Brasileiro (PJB)* e *Pesquisa sobre Trajetórias Profissionais de Jornalistas* (2012-2017). Embora se restrinjam a dados nacionais, elas dialogam diretamente com tendências globais, demonstradas em estudos que focam, por exemplo, na problemática da segregação horizontal e vertical da pirâmide profissional (Damian-Gaillard et al., 2009, 2010), nos efeitos da feminização no jornalismo na França (Damian-Gaillard & Saitta, 2016) e na Bélgica (Le Cam et al., 2021), e no gênero como fator que leva mulheres jornalistas a saírem mais da profissão na Coreia do Sul (Lee & Kim, 2022). Também reforçam achados de outros estudos brasileiros (de abordagem qualitativa) que procuraram compreender os efeitos da desigualdade de gênero na profissão, entre os quais destaco Rocha (2004, 2019), Leite (2017), Bandeira (2019), Fígaro (2018), Nunes (2020), Veiga da Silva (2014) e Lima Souza et al. (2021).

A primeira pesquisa (PJB) foi escolhida por se tratar do principal levantamento sociodemográfico representativo sobre a profissão no país⁹⁹ e trazer características morfológicas da categoria. Os dados trazidos abaixo são da segunda edição do survey online, feito em 2021, que verificou questões sobre empregabilidade, jornada, tipo de vínculo, área de atuação, posicionamento político, condições de trabalho, saúde e segurança. O plano amostral foi composto por 3.100 respostas válidas, respeitando a distribuição regional de jornalistas.

A segunda foi selecionada por se tratar da primeira investigação estatística sobre trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil¹⁰⁰ – um grupo de pesquisadoras(es) aplicou um novo survey online à base de respondentes da primeira edição da PJB, de 2012, contendo as mesmas perguntas do survey original, para saber como estava a vida desses jornalistas cinco anos depois. O estudo obteve 1.233 respostas. Essas pesquisas, das quais participei da equipe que coletou e analisou os dados¹⁰¹, dão subsídio a uma série de interpretações sobre a profissão no contexto atual.

O PJB aponta que, em 2021, a maioria das profissionais do país era do sexo feminino, branca, solteira, jovem e muito

escolarizada (Lima et al., 2022). Em porcentagem, mulheres eram 57.8% das profissionais do setor, contra 48.9% de homens. No entanto, a profissão segue com valores masculinizados: a distribuição de pautas é genderificada (Veiga da Silva, 2014), mulheres ganham menos exercendo as mesmas funções e enfrentam, ainda, uma série de barreiras para chegar a posições de comando – os chamados tetos e portas de vidro (Steiner, 2017; Moura, 2022), embora haja, nos últimos anos, uma maior ocupação delas nas chefias médias, com alto custo à vida dessas profissionais (Bandeira, 2019).

O PJB levantou dados inéditos relacionados à precarização da pessoa que trabalha (Nicoletti, 2019), em três categorias principais: empregabilidade (tipo de vínculo, salário/remuneração e capacidade de pagar despesas com a renda mensal, e jornada), saúde (estresse no trabalho, diagnóstico saúde mental, LER/DORT), e exposição a riscos (violência no ambiente laboral e violência externa ligada ao trabalho).

Na divisão por gênero, percebe-se que todas as dimensões da precarização sobrecaem mais nas mulheres. Os dados a seguir foram analisados e publicados por Nicoletti et al. (2023) e serão reproduzidos para ilustrar o problema da desigualdade na profissão.

Em termos de empregabilidade, o salário delas é menor: somente 37.4% das mulheres tinham remuneração superior a R\$5.500 em 2021, enquanto 45.5% dos homens faziam parte desse grupo. Assim, eles são maioria entre quem afirma conseguir pagar suas despesas básicas: 46.4% dos homens responderam que conseguem pagar integralmente suas contas com o salário de jornalista, contra somente 36.2% das mulheres.

Os cargos de chefia também eram mais frequentes entre o grupo masculino em 2021. Entre os trabalhadores da mídia, 16.4% dos homens tinham cargos como chefe de redação, coordenação e diretoria, e outros 31.2% possuíam cargos com algum poder de influência na tomada de decisões (edição, editorialista, âncora, colunistas). Entre as mulheres essas porcentagens eram de 11.9% e 25.5%, respectivamente. O restante estava no “chão de fábrica” da redação, em funções como reportagem, gestão de redes sociais, produção, onde elas são maioria.

Com relação aos indicadores sobre adoecimento mental ou físico, são todos piores para as mulheres: 69.8% das jornalistas se

sentem estressadas no ambiente laboral (contra 61.8% deles), quase um quarto (24.8%) delas relatou ter sido diagnosticada com problemas de saúde mental relacionados ao seu trabalho (enquanto 13.6% deles relataram a mesma questão), e 8.7% delas precisou tirar licença do trabalho em decorrência de LER/DORT (entre os homens, eram 5.7%).

No quesito violência, são índices altíssimos para ambos os gêneros, mas o tipo de violência sofrida difere. Mulheres são as mais assediadas dentro do ambiente laboral: 17.4% relataram assédio sexual (contra 2.8% dos homens), 45.8% alegaram ter sofrido algum tipo de constrangimento por parte de gestores ou superiores (contra 39.3% deles), e elas também eram maioria entre quem relatou ter sofrido violência verbal e vigilância e monitoramento digital feita por seus chefes.

Os homens estão mais expostos a um tipo de violência mais externa relacionada ao trabalho: são maioria entre quem diz ter deixado de fazer alguma atividade por medo de retaliação, ter sofrido ataques ou ameaças virtuais, ter trabalhado sob coação e ter sofrido agressão física no trabalho ou em decorrência dele.

Em síntese, os dados afirmam que mulheres estão proporcionalmente mais sujeitas a um quadro generalizado de violações na profissão, que começam com a dificuldade em pagar suas contas com seu próprio salário e vão até o adoecimento físico e mental, passando por diferentes formas de assédio e abusos cometidos por gestores, superiores hierárquicos ou vividos em sua rotina de trabalho. A dificuldade de custear despesas básicas impacta na possibilidade de investir em educação, lazer, saúde, tempo livre e também potencializa o risco de que mulheres se mantenham em relacionamentos abusivos devido à situação financeira desfavorável (Nicoletti et al., 2023).

Esse cenário hostil faz com que elas desistam da profissão com mais frequência do que seus colegas do gênero masculino, seja por decisão própria ou por demissões. A pesquisa *Trajetórias Profissionais de Jornalistas Brasileiros*, feita na comparação entre os dados da PJB de 2012 (Mick & Lima, 2013) e as respostas de 1.233 desses(as) jornalistas cinco anos depois, em 2017, demonstra que há correlações existentes entre os processos de transformação e precarização da profissão, a feminilização e posterior desfeminilização do jornalismo no contexto de crise (Kikuti et al., 2022), muitas vezes ignoradas por estudos na área. “Se o primeiro reflexo da precarização

do mercado de trabalho é o aumento da ocupação feminina, em um cenário de intensificação da má qualidade do emprego e da escassez de postos disponíveis, são as mulheres que se tornam mais vulneráveis” (Nunes, 2020, p. 33).

Menos da metade das 280 mulheres que estavam em empregos dentro da mídia em 2012 permaneceram nela cinco anos depois (118, ou 42%), indicando a “expulsão” de mulheres da profissão. Entre os homens, o número de respondentes que continuou trabalhando na mídia foi maior, em quantidade e proporção: 138 (58.2%) dos 237 respondentes. Nos cargos de chefia, entre as editoras mulheres houve queda de 42.4% e, entre os homens, de 33.3%. Nos cargos de repórter, saíram 66.9% das mulheres e 51% dos homens no período (Kikuti et al., 2022).

A forma de gestão de crise baseada no estímulo à concorrência e no “fazer mais com menos” torna as jornalistas mais vulneráveis, especialmente aquelas que são (ou pretendem ser) mães ou cuidam de pessoas idosas. Os contratos temporários não preveem licença-maternidade, por exemplo, e a maioria deles possui pouca flexibilidade para conciliar trabalho profissional (remunerado) e trabalho de cuidado (não remunerado). Muitas mulheres, então, sentem que precisam optar entre ter uma relação conjugal e ser jornalista, entre ter filhos ou subir na carreira, enquanto essa escolha não é tão exigida de seus colegas homens. As altas taxas de adoecimento físico e mental delas e a maior saída da profissão são consequências previsíveis desse contexto.

5 Considerações

Nessa fase mais recente do capitalismo, mesmo com tantas mudanças sociais em curso, o maior diferencial entre trabalhadores homens e mulheres continua sendo o trabalho reprodutivo, invisibilizado e, ao mesmo tempo, constitutivo da produção social contemporânea (Gago, 2020, p. 145). Mesmo em um cenário de exploração geral dos trabalhadores, como o que vivemos atualmente, as mulheres são colocadas em maior desvantagem na dinâmica competitiva e individualista da sociedade neoliberal.

As pesquisas supracitadas neste artigo/ensaio demonstram que as mulheres têm mais dificuldade de alcançar posições de poder, saem (ou são expulsas) da profissão com mais frequê-

cia do que os homens (Kikuti et al., 2022), e sobre elas recai com maior intensidade a precarização do trabalho jornalístico, evidenciada pela incapacidade de pagar suas próprias despesas com seu salário, maior adoecimento físico e mental e exposição a graus diferentes de risco, incluindo mais casos de assédio sofridos dentro do ambiente laboral (Nicoletti et al., 2023). Tais estudos corroboram a necessidade de uma ruptura epistemológica, que deixa de lado as visões androcêntricas sobre “o que é ser um(a) jornalista” e use lentes mais ajustadas à realidade que se apresenta na profissão.

O que procurei demonstrar é que as desigualdades de gênero são parte estruturante do que se tem chamado de “crise do jornalismo” e não apenas uma nuance dela. Como tal, deveria atravessar as discussões do campo, somando-se aos esforços de elaborar teorias com maior capacidade explicativa sobre o contemporâneo. Apesar dos avanços, o que ocorre em nossa área é que os estudos de gênero ainda são raramente discutidos em conjunto com os de epistemologia, como fica visível na distribuição dos GTs dos congressos de jornalismo no país, por exemplo¹².

As desigualdades de gênero que observamos nas trajetórias profissionais do século XXI são explicadas pelos alicerces históricos que estruturam o jornalismo desde sua origem, e a manutenção desses valores, além de causar sofrimento para a maioria das pessoas que nele trabalham, ainda interfere diretamente na falta de diversidade nas notícias e suas angulações: as subjetividades atravessadas por gênero, raça, classe e território estão presentes nas relações interpessoais entre produtores(as) de jornalismo e nos processos de seleção e noticiabilidade: “as posições de sujeito, visões de mundo e valores culturais dos jornalistas são acionados inconscientemente na atuação profissional, e como tal permeiam o processo de construção das notícias” (Veiga da Silva, 2014, p. 199).

Nesse sentido, usar lentes feministas para examinar as transformações estruturais do jornalismo e suas crises pode contribuir significativamente no entendimento mais aprofundado dos problemas em vários níveis de sua governança, e na busca de melhores soluções. Pesquisas futuras que busquem saídas para as crises do jornalismo a partir da perspectiva apresentada poderão focar/avançar em: a) formular políticas de saúde mental, de prevenção ao assédio e de auxílio ao cuidado adequado para profis-

sionais liberais como jornalistas, com enfoque nas diversidades interseccionais; b) buscar soluções, dentro das organizações jornalísticas, para a melhora nas condições de permanência na profissão, especialmente para as jornalistas mulheres e outros grupos marginalizados; c) compreender possíveis impactos de uma maior diversidade nas redações (de gênero, raça, classe, território) sobre as pautas, escolhas de fontes e demais aspectos da governança editorial; d) produzir correlações entre a diversidade nas redações e a participação/engajamento com os públicos, principalmente aqueles negligenciados pelo jornalismo comercial, como minorias sociais; e) evidenciar o limite de buscar tais saídas em organizações que visam lucro, pois a lógica capitalista se funda justamente em submeter corpos femininos, negros etc. à maior exploração; f) descobrir e testar modelos institucionais que possibilitem trabalho decente e formas mais igualitárias de estar na profissão; e g) reexaminar as teorias do jornalismo existentes para verificar em quais formulações as diferenças de gênero ainda não foram consideradas.

O diálogo entre estudos feministas e jornalismo não é fluido, mas é necessário para permitir encarar de frente as questões que assolam essa área do conhecimento e a profissão. Como afirmam Moraes e Maia (2021, p. 278), “sem o rompimento com os saberes dominantes, que incluem a forma como nomeamos, classificamos e valoramos as coisas do mundo por um valor relativo a gênero, vamos seguir alimentando a naturalização de um tipo de poder que resulta em violência”.

NOTES

- 1 O colapso financeiro foi causado pela perda de valor de ativos imobiliários nos EUA – bancos emprestavam dinheiro para compra de imóveis a juros altíssimos para quem não tinha como pagar (os chamados “créditos subprime”), e vendiam pacotes com essas dívidas a investidores do mundo todo (quando as pessoas pagassem, o dinheiro dos juros iria para eles). Quando a bolha estourou, porque as dívidas não tinham como ser pagas, a crise carregou a Europa, se alastrou pelo mundo e provocou uma recessão global no ano de 2009. Muitas empresas fecharam, e um dos custos sociais da crise foi o desemprego, que disparou, segundo

- a Organização Internacional do Trabalho (OIT). No Brasil a crise não foi tão grave, embora com alto custo político, mas impactou na reestruturação do mercado de trabalho e nos empregos. Disponível em www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588. Acesso em 12/11/2025.
- 2 Ver Edelman Trust Barometer. Disponível em <https://s11nk.com/XUCNX>. Acesso em 12/11/2025.
 - 3 Esta reflexão é derivada de um capítulo de minha tese de doutorado (Kikuti-dancosky, 2023), mas traz aprofundamentos inéditos e dados de outras pesquisas para o diálogo.
 - 4 No original: “Este androcentrismo explica el por qué las mujeres y otros grupos de trabajadores con características sociales que no corresponden a la masculinidad hegemónica – jóvenes, negros, minorías étnicas, homosexuales – son vistos como marginales o como versiones deficientes del modelo”.
 - 5 Quando o isolamento social e o trabalho remoto consequentes da pandemia de covid-19 aceleraram a digitalização de atividades e serviços.
 - 6 Tal questão é problematizada na coluna da escritora Bruna Maia na Folha de S.Paulo, disponível em <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/x-de-sexo/2025/01/o-nazismo-de-elon-musk-a-energia-masculina-de-zuckerberg-e-o-que-isso-significa-para-o-sexo.shtml>. Acesso em 12/11/2025.
 - 7 A plataformização também arrebata grande parte da verba publicitária que antes sustentava empresas jornalísticas, e obriga jornalistas a conhecerem seus mecanismos e se adaptarem a suas lógicas de formatação e circulação, como escrita modulada por sistemas de busca (SEOs), produção multiplataforma e mescla de notícias com conteúdos patrocinados, refletindo em mudanças sociotécnicas da divisão do trabalho, precarização e insegurança financeira para profissionais do setor.
 - 8 Levantamento feito pelo UOL em 2024 aponta que os 11 principais canais desse segmento no YouTube somam mais de quatro milhões de seguidores, e seus vídeos, mais de um bilhão de visualizações. Disponível em <https://archive.is/CkrUy#selecti-on-5777.11-5777.145>. Acesso em 12/11/2025.
 - 9 Os jornalistas brasileiros são uma categoria cuja dimensão e

morfologia só podem ser aferidas por pesquisadores, pois não há conselho ou ordem responsável pelo monitoramento da atividade profissional e sua autorregulamentação. Os registros profissionais do Ministério do Trabalho são um parâmetro, mas uma parcela dos trabalhadores atua sem registro e não há baixa em caso de desistência ou abandono da profissão. A listagem pública de profissionais registrados também é vedada por leis de proteção de dados, não permitindo pesquisas por amostragem. Dados de sistemas como Rais/Caged são imprecisos, pois refletem apenas trabalhadores com carteira assinada. Por fim, a contagem de egressos de cursos de jornalismo é parâmetro insuficiente porque não considera o percentual de formados na área que não exercerá atividade profissional de jornalista (Mick & Kikuti, 2020).

- 10 No país, a maioria das pesquisas sobre trajetórias profissionais seguem a linha interacionista e tem caráter qualitativo, usando a entrevista como metodologia principal. As pesquisas quantitativas são apenas duas: a supracitada e a minha tese de doutorado, que observa movimentos de carreira a partir de currículos de três mil jornalistas do LinkedIn (Kikuti, 2023).
- 11 Na PJB, participei da análise do recorte específico de gênero de 2021; na pesquisa sobre trajetórias, além da análise desse recorte, também compus a equipe que preparou o estudo e coletou os dados.
- 12 Em um breve exame dos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) dos últimos cinco anos (2020 a 2024), nas sessões livres e coordenadas de Fundamentos Teóricos do Jornalismo (que concentra parte importante das discussões sobre a epistemologia do campo), não encontrei nenhum trabalho que tivesse gênero como elemento central de debate. Procurei por palavras-chave como “gênero”, “feminino”, “feminista”, “masculino”, “homem(ns)”, “mulher(es)”. Em paralelo, em 2021, houve a criação da sessão coordenada sobre jornalismo, gênero e sessões étnicas, e posteriormente a criação da rede de pesquisa Antonietas, em 2025, confirmando a segregação entre pesquisas sobre epistemologia/teorias e gênero/feminismos. Da mesma maneira, uma análise dos anais da Compós dos últimos seis anos (2020 a 2025) no GT de Estudos em Jornalismo encontrou apenas quatro trabalhos sobre o tema (um por ano em 2021, 2022, 2023 e 2024).

REFERÊNCIAS

- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013). Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo da ESPM*, 2(5), 30–89.
- Bandeira, A. P. B. S. (2019). *Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal* [tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE.
- Bell, E., Owen, T., Brown, P., Hauka, C., & Rashidian, N. (2017). A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. *Revista de Jornalismo da ESPM*, 20(6), 48–83. DOI: 10.7916/D8D79PWH.
- Brasil. (2017). Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Recuperado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm
- Casaqui, V. (2018). Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macroproposições, narrativas, inspiração. *Galaxia*, 37, 55–65. DOI: 10.1590/1982-2554132741
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. Ubu.
- Charron, J., & De Bonville, J. (2016). *Natureza e transformação do jornalismo*. Insular.
- Christofoletti, R. (2019). *A crise do jornalismo tem solução?* Estação das Letras e Cores.
- Damian-Gaillard, B., Frisque, C., & Saitta, E. (2009). Le journalisme au prisme du genre: une problématique féconde. *Questions de Communication*, 15, 111–127. DOI: 10.4000/questionsdecommunication.544
- Damian-Gaillard, B., Frisque, C., & Saitta, E. (2010). *Le journalisme au féminin: Assignations, inventions, stratégies*. Presses Universitaires de Rennes.
- Damian-Gaillard, B., & Saitta, E. (2016). Feminização e transformações das práticas jornalísticas: o exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa. *Parágrafo*, 4(2), 128–137. Recuperado de <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/486/412>

- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (1^a ed.). Boitempo.
- Deuze, M., & Witschge, T. (2016). O que o jornalismo está se tornando. *Parágrafo*, 4(2), 6–21. Recuperado de <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Fenaj. (2024). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório de pesquisa*. Recuperado de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-da-Violencia-2024.pdf>
- Ferreira, G. B. (2018). Transformações do *gatekeeping* na era dos novos media: a internet, os valores e as práticas do jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 14(2), 504-523. DOI: 10.25200/BJR.v14n2.2018.1026
- Figaro, R. (2018). O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. *Brazilian Journalism Research*, 14(2), 570–591. DOI: 10.25200/BJR.v14n2.2018.1052
- Fraser, N. (2009). O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 11–33. DOI: 10.5433/2176-6665.2009v14n2p11.
- Gago, V. (2020). *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Elefante.
- Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Elefante.
- Garcez, B., & Silveirinha, M. J. (2020). Objetividade jornalística e perspectiva feminista: por uma articulação. *Mediapolis*, (10), 117–130. DOI: 10.14195/2183-6019_10_8
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo*. Tchê.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Harding, S. (1993). Rethinking standpoint epistemology: What is ‘strong objectivity’. In L. Alcoff & E. Potter (Orgs.), *Feminist Epistemologies* (pp. 49–82). Routledge.

Hartsock, N. (1987). The feminist standpoint: Developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In S. Harding (Org.), *Feminism and methodology: Social science issues* (pp. 283–310). Indiana University Press. DOI: 10.1007/0-306-48017-4_15

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2024). *Retrato das desigualdades de gênero e raça (Relatório de pesquisa)*. Recuperado de www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado/apresentacao

Intervozes. (2017). Media Ownership Monitor Brasil. Recuperado de <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/>

Kikuti, A., Rocha, P. M., & Mick, J. (2022). Masculização e desfeminilização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). *Revista Estudos Feministas*, 30(2), 1-16. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n275032

Kikuti, A. (2023). *Risco biográfico e trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do LinkedIn* [tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.

Le Cam, F., Libert, M., & Ménalque, L. (2021). *Être femme et journaliste: enquête sociologique dans un monde au masculin*. Éditions de l'Université de Bruxelles.

Lee, N. Y., & Kim, C. (2022). Why Are Women Journalists Leaving the Newsroom in South Korea? Gendered and Emerging Factors that Influence the Intention to Leave. *Journalism Practice*, 18(8), 2005 - 2025. DOI: 10.1080/17512786.2022.2130815

Leite, A. T. B. (2017). Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 44–68. DOI: 10.1590/198053143810

Lelo, T. V. (2019). *Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional* [tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da produção científica e intelectual da Unicamp.

Lima, S. P., Mick, J., Nicoletti, J., Barros, J. V., Henriques, R. P., Moliani, J. A., Patrício, E., Pereira, F. H., Zacariotti, M. (2021). *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Quorum Comunicações. Recuperado de <https://perfildojornalista.ufsc.br/>

Lima-Souza, É. C. P., Mota-Santos, C. M., & Carvalho Neto, A. (2021). De Operárias a Abelhas Rainhas: obstáculos que impactam a carreira das jornalistas. *E-Compós*, 24, 1–20. DOI: 10.30962/ec.2224

Mick, J., & Kikuti, A. (2020). O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. *Plural*, 27(2), 210-239. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2020.179830

Mick, J., & Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Insular. Recuperado de <https://perfilojornalista.ufsc.br/>

Mick, J., & Nogueira, J. C. (Orgs.). (2023). *Viver por conta própria: Como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras*. Fundação Perseu Abramo.

Mick, J., & Tavares, L. M. (2017). A governança do jornalismo e alternativas para a crise. *Brazilian Journalism Research*, 13(2), 120–145. DOI: 10.25200/BJR.v13n2.2017.948

Moraes, F., & Maia, M. (2021). O jornalismo deve contribuir para a ruptura do sistema (entrevista com Marcia Veiga da Silva). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 18(1), 271–284. DOI: 10.5007/1984-6924.2021.82519

Moraes, F., & Veiga da Silva, M. (2019). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Compós. Recuperado de <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>

Moura, D. O. (2022). Jornalista, professora, pesquisadora negra amefricana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: A vivência de uma epistemologia afrocentrada. In D. Moura & D. S. Santos (Orgs.), *Vá no seu tempo e vá até o final: Mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB* (pp. 17–21). Editora Universidade de Brasília.

Newman, N. (2024). *Digital News Report*. Reuters Institute for the Study of Journalism.

Nicoletti, J. (2019). *Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: Proposta de um modelo de análise* [tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.

Nicoletti, J., Kikuti, A., & Mick, J. (2023). A precariedade tem gênero? Condições de trabalho, saúde e violências das jornalistas brasileiras. In J. Barros, J. Nicoletti & S. P. Lima (Orgs.), *O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades* (pp. 61 – 82). Insular.

Nunes, D. (2020). *Escalada da precariedade: Os efeitos das transformações do trabalho na subjetividade das mulheres jornalistas*

na cidade de São Paulo [dissertação de mestrado, Universidade Federal do ABC]. Sistema de Bibliotecas da UFABC.

Pereira, F. H., & Adghirni, Z. L. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, 1(24), 38–57. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>

Rocha, P. M. (2004). *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: O processo de profissionalização e feminização da carreira* [tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.

Rocha, P. M. (2019). *A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção: transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas* [monografia não publicada]. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sattler, J. (No prelo). *Epistemologia feminista*. Utilizado com autorização da autora.

Shoemaker, P., & Vos, T.P. (2009). *Gatekeeping Theory*. Routledge.

Sosa, R. (2019). Epistemologías feministas y sus contribuciones críticas a los estudios del trabajo en América Latina. In R. Antunes, A. L. Bialakowsky, F. Pucci & M. Quiñones (Orgs.), *Trabajo y capitalismo: Relaciones y colisiones sociales*. (pp. 335–352). Teseo. Recuperado de <https://www.teseopress.com/trabajoycapitalismo/chapter/epistemologias-feministas-y-sus-contribuciones-criticas-a-los-estudios-del-trabajo-en-america-latina/>

Souza, R. B. (2018). A dialética da crise do jornalismo: O sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. *Revista Intercom*, 41(2), 55–69. DOI: 10.1590/1809-5844201823

Steiner, L. (2017). Gender and journalism. In *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228613.013.91

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Insular.

Waisbord, S. (2017). Crisis? What crisis? In C. Peters & M. Broersma (Orgs.), *Rethinking journalism again: Societal role and public relevance in the digital age* (pp. 205–215). Routledge.

Wenzel, A., & Crittenden, L. (2021). Reimagining local journalism: A community-centered intervention. *Journalism Studies*, 22(15), 2023–2041. DOI: 10.1080/1461670X.2021.1942148

ANDRESSA KIKUTI. Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora no curso de Jornalismo da UFSC e pós-doutoranda na mesma instituição, onde coordena o Laboratório de Práticas para o Jornalismo Local a Serviço dos Públicos (LocalJor - <https://localjor.paginas.ufsc.br/>). Tem os seguintes interesses de pesquisa: transformações estruturais no jornalismo, jornalismo local, mundo do trabalho de jornalistas e estudos feministas. E-mail: andressakikuti@gmail.com